CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 153/2021 PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO

Que entre si realizam, de um lado o Município de **Sagrada Família**, Estado do Rio Grande do Sul, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ n° 92.410.422/0001-53, com Sede na Rua 20 de Março, centro, S/N, cidade de Sagrada Família - RS, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Sr. **Marcos do Nascimento Santos**, portador do CPF n° 95884459068 residente e domiciliado na Rua Francisco Luis Cardona, s/n, cidade de Sagrada Família - RS, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **Claudia Ediele Martins dos Santos**, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, Centro, cidade de Sagrada Família - RS, inscrita no CNPJ sob n° 21.419.289/0001-58, representada neste ato pela Sra. Claudia Ediele Martins dos Santos, inscrita no CPF sob o n° 016.637.810-01, RG n° 4097837373, doravante denominada de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/2002 Processo Administrativo Licitatório n.º 114/2021, modalidade Dispensa de Licitação n.º 65/2021, **DECLARAM** pelo presente Instrumento e na melhor forma de Direito, ter Justo e Contratado o objeto nas cláusulas e condições conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na aquisição de mobiliário (cadeiras) para a sala do Gabinete do Prefeito, de acordo com as especificações dos itens abaixo:

Item	Qtde.	Unid	Produto	Valor Unit.	Valor Total
01	02	UN	CADEIRA FIXA	R\$ 799,50	R\$ 1.599,00
02	08	UN	CADEIRA SECRETARIA	R\$ 738,00	R\$ 5.904,00
Valor Total:				R\$ 7.503,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES INTEGRANTES

São partes integrantes e indispensáveis deste Instrumento o processo administrativo nº 114/2021, Dispensa de Licitação nº 65/2021 e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor deste contrato é de **R\$ 7.503,00** (sete mil e quinhentos e três reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA

Os itens licitados deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com os itens, para conferência dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega dos itens licitados, mediante aprovação pelo setor responsável.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

Para o cumprimento do objeto do presente contrato, serão utilizados recursos conforme segue:

1003 / 4490.52.42.00.00.00 – Mobiliário em geral / RV-1

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento contratual será até o dia 31 de janeiro de 2022, iniciando no ato de sua assinatura, este contrato poderá ser prorrogado conforme orientação da lei 8666/93 e lei 10.520/2002, quando do interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Constituem obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Pela emissão das requisições autorizadoras da retirada do objeto do presente contrato.
- c) Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecido na Cláusula quinta deste contrato;

Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Pelos danos que possam causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução do contrato, bem como a reparação ou indenização sem ônus ao Município ou a terceiros;
- b) Pela permissão de inspeção, pela fiscalização, em qualquer tempo, devendo prestar informações e estabelecimentos solicitados;
- c) Pela entrega de qualquer documento fiscal ou técnico solicitado pelo município de Sagrada Família - RS.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA INEXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

I - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em casos de rescisão contratual ou alteração que são previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações.

II - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no presente instrumento, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecendo aos limites legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral da Administração, nos casos do Inciso I a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993;

b) Por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a contratada somente pelo valor dos serviços efetivamente realizados, não lhe sendo devido outro a título de indenização ou qualquer outro título, no presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Das Penalidades;

A contratada, não cumprindo as obrigações assumidas neste documento ou os preceitos legais, sofrerá as seguintes penalidades:

I - deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

II - executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

III - executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

IV - inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

V - inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

VI - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palmeira das Missões - RS, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato ou de sua execução, se for o caso.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e efeitos legais.

Sagrada Família – RS, 27 de dezembro de 2021.

Marcos do Nascimento Santos
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Claudia Ediele Martins dos Santos
CNPJ N° 21.419.289/0001-58
CONTRATADA

Tanira Tasso Prado
Assessora Jurídica Municipal - OAB-98.046